

Legislação brasileira e a educação de surdos

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Em 2003, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial implantou o Programa Educação Inclusiva, garantindo o direito à diversidade, com o objetivo de transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de sensibilização e formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a promoção das condições de acessibilidade e a organização do atendimento educacional especializado.

Em 2004, com base no Decreto 3.956/2001, o Ministério Público Federal publicou o documento *O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular*, com o objetivo de divulgar os conceitos e diretrizes mundiais da inclusão das pessoas com deficiência na área educacional, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a Unesco lançaram o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que objetiva, entre as suas ações, fomentar no currículo da Educação Básica as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na Educação Superior.

Em 2007, no contexto com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo

como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

O Decreto 6.094/2007 estabeleceu entre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

A lei garante ainda a Educação Especial que, nesse sentido, é um campo de conhecimento e tipo transversal de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado e disponibilizando um conjunto de serviços, recursos e estratégias específicas que favorecem o processo de escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas turmas comuns do ensino regular e a sua interação no contexto educacional, familiar, social e cultural.

Esse atendimento educacional especializado tem como objetivo assegurar a inclusão, disponibilizando meios para o acesso ao currículo, que proporcione a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia. Constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na sala de recursos da própria escola onde o aluno está matriculado, em outra escola da rede pública ou em centros especializados que realizem esse serviço educacional. Diferencia-se das atividades desenvolvidas na sala de aula comum, não sendo substitutivo à escolarização.

Atualmente o que rege esse processo educacional é a Resolução 4, de 2 de outubro de 2009, que apresenta as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, modalidade Educação Especial. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do atendimento educacional especializado prevendo na sua organização:

- sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;
- matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;
- cronograma de atendimento aos alunos;

- plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;
- professores para o exercício da docência do AEE;
- outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;
- redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

É fundamental que a inclusão escolar de todas as crianças tenha início na Educação Infantil, quando se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, a ludicidade, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.

Legislação específica para a surdez

No âmbito da educação de surdos, o primeiro grande avanço em nível nacional foi a publicação da Lei 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e parte integrante do currículo.

Seguindo com os avanços legais, foi publicado o Decreto 5.626/2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002 e dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação do professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, a certificação da proficiência em Libras, o ensino da língua portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a inclusão de alunos surdos com a organização da educação bilíngue nos sistemas de ensino.

De acordo com esse decreto, a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas

de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Dessa forma, todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso Normal Superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério e, portanto, deverão incluir a Libras em sua grade curricular obrigatória. Para os demais cursos de Educação Superior e Educação Profissional, a Libras entra como disciplina optativa.

A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras - Libras ou em Letras - Libras/Língua Portuguesa como segunda língua. A formação de docentes para o ensino de Libras na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve ser realizada em curso de Pedagogia ou curso Normal Superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução, viabilizando a formação bilíngue.

Até o ano de 2015, ou seja, nos próximos 10 anos, a partir da publicação desse decreto, caso não haja docente com título de pós-graduação ou de graduação em Libras para o ensino dessa disciplina em cursos de Educação Superior, ela poderá ser ministrada por profissionais que apresentem pelo menos um dos seguintes perfis:

I - professor de Libras, usuário dessa língua com curso de pós-graduação ou com formação superior e certificado de proficiência em Libras, obtido por meio de exame promovido pelo Ministério da Educação;

II - instrutor de Libras, usuário dessa língua com formação de nível médio e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação;

III - professor ouvinte bilíngue: Libras-Língua Portuguesa, com pós-graduação ou formação superior e com certificado obtido por meio de exame de proficiência em Libras, promovido pelo Ministério da Educação (Prolibras).

Em todas as possibilidades acima, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras.

No âmbito da organização escolar, esse decreto orienta que as instituições devem promover cursos de formação de professores para o ensino e uso da Libras; a tradução e interpretação de Libras-Língua Portuguesa; e o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para pessoas surdas. A instituição deve

ainda ofertar, obrigatoriamente, desde a Educação Infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos.

Quanto à formação de intérpretes e tradutores de Libras/Língua Portuguesa deve efetivar-se por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras-Língua Portuguesa; ou ainda, profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de Ensino Médio e de Educação Superior. Para aqueles que atuam no Ensino Fundamental, a formação do intérprete pode ser em nível médio.

E, por fim, a respeito das instituições escolares, o decreto define que as instituições federais de ensino responsáveis pela Educação Básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio ou Educação Profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa.

E delimita ainda as denominadas escolas ou classes de educação bilíngue como aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo.

Reconhecimento da profissão de Tradutor e Intérprete de Libras

A Lei 12.319, de 1.º de setembro de 2010, regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Segundo a redação da lei, o tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da libras e da Língua Portuguesa.

A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa deve ser realizada por meio de cursos de educação profissional reconhecidos pelo sistema que os credenciou; cursos de extensão universitária; e cursos de formação continuada promovidos por instituições de Ensino Superior e instituições credenciadas por secretarias de educação.

Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Línguas-Língua Portuguesa. Esse exame deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas, tradutores e intérpretes de Libras de instituições de Educação Superior.

Como atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências, a lei define:

- efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdo-cegos, surdo-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/língua portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis Fundamental, Médio e Superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;
- atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;
- atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas;
- prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo, pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida; pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero; pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir; pela postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional; pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem; e pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

Legislação para o Ensino Superior

Considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao Ensino Superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino, foi publicada a Portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003, que determina que sejam incluídos nos instrumentos destinados a avaliar as condições de oferta de cursos superiores, para fins de autorização e reconhecimento e de credenciamento de instituições de Ensino Superior, bem como para renovação, requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Quanto aos alunos portadores de surdez, o compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso, determina-se a necessidade de:

- propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- proporcionar aos professores acesso à literatura e a informações sobre a especificidade linguística do portador de surdez.

Um longo caminho foi percorrido entre a exclusão e a inclusão escolar e social. Hoje a legislação brasileira posiciona-se pelo atendimento dos surdos nas classes regulares de ensino em todos os níveis. Portanto, tem-se um grande desafio: garantir que todas essas políticas públicas, com direitos garantidos para os portadores de algum tipo de deficiência, sejam respeitadas e efetivadas, fazendo com que os esforços de todos sejam alcançados, que os direitos dos cidadãos sejam reconhecidos e que a dignidade humana seja resgatada e preservada.

0 atendimento de surdos nas escolas

De acordo com os dados populacionais coletados pelo IBGE/2000, o Brasil tem mais de 5 750 809 pessoas com problemas relacionados à surdez. Já os dados do Censo Escolar 1998 a 2006, do acordo com a publicação do MEC/INEP, apresentam os resultados a seguir.

Tabela 1 – Censo Escolar (1998 a 2006) sobre os surdos nas escolas

INDICADORES ANALISADOS	1998	2006
Evolução de matrículas na Educação Especial		
Total de matrículas	337 326	700 624
Escolas especializadas e classes especiais	293 403	375 488
Escolas regulares e classes comuns	43 923	325 136
Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular		
Escolas especializadas e classes especiais	87%	53,6%
Escolas regulares e classes comuns	13%	46,4%
Evolução de matrículas na Educação Especial na rede pública e privada		
Escolas privadas	46,8%	37%
Escolas públicas	53,2%	63%
INDICADORES ANALISADOS	2002	2006
Evolução de matrículas em escolas regulares/classes comuns		
Com apoio pedagógico especializado	44,7%	42%
Sem apoio pedagógico especializado	55,3%	58%
Escolas públicas e privadas com matrículas na Educação Especial		
Privadas	3 738	7 031
Públicas	21 051	47 381
Fluxo de matrículas na Educação Especial	2005	2006
Por alunos com deficiência auditiva	19 646	21 439
Por alunos com surdez	46 668	47 981
Matrículas na Educação Especial em 2006	Escolas e classes especiais	Escolas regulares e classes comuns
Por alunos com deficiência auditiva	6 825	14 614
Por alunos com surdez	26 750	21 231
Evolução de matrículas no Ensino Superior	2003	2005
Com deficiência auditiva ou surdez	665	2 428

Analisando esses dados, fica claro que houve um avanço significativo em relação ao acesso de surdos nos sistemas de ensino, principalmente nas escolas inclusivas e públicas. Também é relevante o aumento do número de alunos com algum tipo de perda auditiva no Ensino Superior. Porém, analisando o número total de pessoas surdas existentes no Brasil, observa-se uma clara demonstração de que a exclusão escolar é o indicador da realidade vivenciada por esses indivíduos, explicitando, assim, o atraso de um país que passou séculos desconsiderando a existência da língua de sinais utilizada por esse segmento populacional.

Texto complementar

Orientações e marcos legais mais importantes para a inclusão

(FÁVERO, 2005)¹

A nossa Constituição Federal, intitulada “constituição cidadã”, adota princípios e regras afinados com a inclusão, trazendo inovações muito importantes relacionadas ao direito à educação. Esse direito foi amplamente detalhado, restando clara a sua incondicionalidade para todos, a começar do preâmbulo da Constituição, no qual “a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça” foram citados “como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional”.

Elegeu nossa Carta Magna como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1.º, incisos II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3.º, inciso IV).

Garante ainda, expressamente, o direito à igualdade (art. 5.º), e trata, nos artigos 205 e seguintes, em capítulo destinado à Educação, Cultura e Desporto, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 205).

¹ Procuradora da República no Estado de São Paulo, mestranda em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, idealizadora e coautora da cartilha *O Acesso de Alunos com Deficiências às Classes e Escolas Comuns da Rede Regular*, autora de várias outras publicações e do livro *Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade*, editora WVA. Texto escrito para palestra em evento promovido pela Secretaria de Educação Especial do Ministério, com a colaboração da analista processual do Ministério Público Federal, Patrícia Lage.

Além disso, elege como um dos princípios para o ensino a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, inciso I), acrescentando que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (art. 208).

Dos dispositivos constitucionais citados, decorre a conclusão de que é garantido a TODOS o direito à educação e o acesso à escola. A nosso ver, o todos aqui é no sentido de “todos os seres humanos”, pois até mesmo o atendimento especializado a quem tem deficiência foi contemplado nos dispositivos relativos ao ensino (na Constituição anterior isso não ocorria, a Educação Especial era tratada no Capítulo relativo à ordem econômica e social).

Apenas esses dispositivos constitucionais bastariam para que ninguém negasse a qualquer pessoa com deficiência o acesso à mesma sala de aula de crianças ou adolescentes sem deficiência, mas, convém ainda destacarmos o estatuído pela Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto 3.956/2001.

A Convenção da Guatemala, como é conhecida, deixa claro a impossibilidade de tratamento desigual com base na deficiência, definindo a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art. 1.º, n. 2, “a”).

Assim, o tratamento diferenciado em razão da deficiência fere, além dos dispositivos constitucionais acima vistos, também a Convenção da Guatemala, que tem em nosso país, tanto valor quanto uma lei ordinária, ou até mesmo (de acordo com o entendimento de alguns juristas) uma norma constitucional, já que se refere a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, estando acima de leis, resoluções e decretos. Acrescentemos ainda: o descumprimento de termos de uma Convenção da qual o Estado é parte, pode ser denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, conforme consagrado nos artigos 44 a 46 do Pacto de San José da Costa Rica.

Convém destacar, no entanto, que em algumas hipóteses as diferenciações são admitidas, lembrando sempre que a exclusão e a restrição, não. A Convenção esclarece que *não constitui discriminação* a diferenciação ou preferência adotada para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, *desde que* a diferenciação ou preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e *que elas não sejam obrigadas a aceitar* tal diferenciação ou preferência (art. I, n. 2, “b”. Grifo nosso.)

Portanto, com base na Constituição Federal e na Convenção da Guatemala, nossa intenção é demonstrar não só que as pessoas com deficiência têm direito à educação, mas têm o direito de exercê-la sem discriminações, ou seja, de serem recebidas e ensinadas no mesmo espaço (turma), que todos os demais educandos. Se necessitarem de atendimento educacional especializado, este pode ser oferecido à parte, como complemento, mas nunca de forma a impedir que uma criança ou adolescente com deficiência tenha acesso à sala de aula comum.

Finalmente, a seguir, elencamos diretrizes e atos que devem ser observados pelas escolas comuns e especiais na garantia da inclusão educacional:

- é indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, adotando métodos e práticas de ensino escolar adequados às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade dos alunos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem deficiências, mas sem discriminações;
- os critérios de avaliação e de promoção, com base no aproveitamento escolar, previstos na LDBEN (art. 24), não podem ser organizados de forma a descumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e permanência na escola, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Para tanto, o acesso a todas as séries do Ensino Fundamental (obrigatório) deve ser incondicionalmente assegurado a todos, e por isso, como garantia de qualidade, as práticas escolares, em cada uma das séries, devem contemplar as diferenças existentes entre todos os seus alunos;

- o Ensino Médio, os cursos profissionalizantes, o Ensino de Jovens e Adultos ou os tradicionalmente voltados para a preparação para vestibulares devem ser organizados com o objetivo de atender a todos os alunos que concluíram o Ensino Fundamental, de acordo com o perfil e aptidão de cada um;
- os serviços de apoio especializado como os de professores de Educação Especial, intérpretes de língua de sinais, instrutores de Libras, professores de Português (segunda língua para os surdos), professores que se encarreguem do ensino e utilização do sistema Braille e de outros recursos especiais de ensino e de aprendizagem, não caracterizam e não podem substituir as funções do professor responsável pela sala de aula da escola comum de ensino regular;
- o encaminhamento de alunos com deficiência e outras necessidades especiais (por exemplo, intolerância ao glúten ou diabetes) a serviços educacionais especializados ou atendimento clínico especializado deve contar com a concordância expressa dos pais dos alunos;
- as escolas de Educação Infantil, creches e similares, dentro de sua atual e reconhecida função de cuidar e educar, devem estar preparadas para crianças com deficiência e outras necessidades especiais, a partir de zero ano (art. 58, §3.º, LDBEN c.c. o art. 2.º, Inciso I, “a”, Lei 7.853/1989), oferecendo-lhes cuidados diários que favoreçam sua inclusão e acesso ao atendimento educacional especializado, sem prejuízo aos atendimentos clínicos individualizados que, se não forem oferecidos no mesmo ambiente, devem ser realizados convênios para facilitação do atendimento da criança;
- não deve ser permitida a realização de exames (“vestibulinhos”) com a finalidade de aprovação ou reprovação para ingresso no Ensino Infantil ou Fundamental, devendo, em caso de desequilíbrio entre a oferta de vagas e a procura, fazer uso de métodos objetivos e transparentes para o preenchimento das vagas existentes (sorteio, ordem cronológica de inscrição etc.), conforme os termos do Parecer CNE/CEB 26/2003, do Conselho Nacional de Educação;
- todos os cursos de formação de professores, do magistério às licenciaturas, devem dar-lhes a consciência e a preparação necessárias para que recebam, em suas salas de aula, alunos com e sem necessidades educacionais especiais, entre os quais, alunos com deficiência;

- os cursos de formação de professores especializados em Educação Especial devem preparar esses profissionais, de modo que possam prestar atendimento educacional especializado, em escolas comuns e em instituições especializadas, envolvendo conhecimentos como: código Braille, Libras, técnicas que facilitem o acesso da pessoa com deficiência ao ensino em geral, e outros com a mesma finalidade.

Dica de estudo

Para complementar os estudos, indica-se a *Coleção Saberes e Práticas da Inclusão* – caderno “Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos”. A coleção aborda diversas temáticas a fim de subsidiar o professor em sua ação pedagógica, junto aos alunos com necessidades educacionais especiais, orientando o professor quanto aos direitos educacionais e à flexibilização curricular dos alunos. A versão eletrônica desse documento está disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12656%3Asaberes-e-praticas-da-inclusao-ensino-fundamental&catid=192%3Aseesp-eseducacao-especial&Itemid=860>, para *download* em formato TXT e PDF.

Atividades

1. O que é inclusão e quais são suas características?

2. O atendimento educacional especializado é garantido por lei, mesmo com a política de inclusão. Quais são suas normas de funcionamento?

3. Explique de forma sintetizada os principais avanços legais na área da surdez.

Gabarito

1. A inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. Constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

2. O atendimento educacional especializado tem como objetivo assegurar a inclusão, disponibilizando meios para o acesso ao currículo, que proporcione a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia. Constitui oferta obrigatória pelos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na sala de recursos da própria escola onde o aluno está matriculado, em outra escola da rede pública ou em centros especializados que realizem esse serviço educacional. Diferencia-se das atividades desenvolvidas na sala de aula comum, não sendo substitutivo à escolarização.
3. Lei 10.436/2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores e parte integrante do currículo. Decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei 10.436/2002 e dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação do professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, a certificação da proficiência em Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a inclusão de alunos surdos com a organização da educação bilíngue nos sistemas de ensino. A Lei 12.319, de 1.º de setembro de 2010, regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais.

Referências

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. In: **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria: UFSM, 2003.

BRASIL. **Decreto 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 3 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 3 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Portaria 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 3 nov. 2010.

_____. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva:** direito à diversidade. Curso de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais-Libras e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 3 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB 4/2009.** Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <www.dislexia.org.br/leis/resolucao_04_2009_diretrizes_atendimento.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei 12.319, de 1.º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 3 nov. 2010.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Ensaio Pedagógico:** construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2006.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

